

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 15 DE JULHO DE 2019

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

A)

Proposta de Lei n.º 147/XIII/2.^a (GOV) - "Aprova o Estatuto do Ministério Público (CONCLUSÃO);

B)

Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.^a (GOV) - "Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais; (CONCLUSÃO)

2. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) das seguintes iniciativas:

A)

Proposta de Lei n.º 200/XIII/4.^a (GOV) - Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses";

B)

Proposta de Lei n.º 205/XIII/4.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais;

Projeto de Lei n.º 1233/XIII/4.^a (PCP) - Garante o acesso ao direito e aos tribunais;

Projeto de Lei n.º 1232/XIII/4.^a (BE) - Determina a alteração do Regime Jurídico das Custas Judiciais de forma a garantir um acesso mais alargado aos tribunais pelos trabalhadores, pelos trabalhadores precários e pela generalidade dos cidadãos (14.^a alteração ao Regulamento das Custas Processuais);

Projeto de Lei n.º 408/XIII/2.^a (PAN) - Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais tornando a atribuição do benefício de isenção de custas judiciais mais abrangente;



Projeto de Lei n.º 409/XIII/2.^a (PAN) - Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais introduzindo alterações ao Regulamento das Custas Processuais;

Projeto de Lei n.º 399/XIII/2.^a (PCP) - Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais;

Projeto de Resolução n.º 666/XIII/2.^a (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a revisão do regime de acesso ao direito e aos tribunais e o regulamento das custas;

Projeto de Resolução n.º 660/XIII/2.^a (PS) - Recomenda ao Governo o estudo, avaliação e concretização de novas medidas que melhorem as condições de acesso ao Direito e à Justiça;

Projeto de Resolução n.º 659/XIII/2.^a (PSD) - Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais;

Projeto de Resolução n.º 624/XIII/2.^a (BE) - Recomenda ao Governo a redução das custas judiciais;

3. Outros assuntos.